

Manejo de uso múltiplo como alternativa para o desenvolvimento local sustentável: o caso do Acre.

Resumo

O artigo tem por objetivo entender como as políticas de incentivo ao manejo sustentável de uso múltiplo vêm sendo apropriadas nas propostas de desenvolvimento local no Estado do Acre e analisar se este processo define uma nova lógica de desenvolvimento socioterritorial. Isto porque se percebe um redirecionamento da ação estatal para o desenvolvimento socioterritorial, por meio de políticas de incentivo ao manejo sustentável de uso múltiplo, entre outras políticas apoiadas na floresta e em seu potencial econômico. Parte-se inicialmente de uma revisão bibliográfica para esclarecer sobre que bases se constrói o manejo sustentável de uso múltiplo, para então analisar o estudo de caso aqui proposto, o estado do Acre. O estudo de caso foi realizado por meio de pesquisa de imersão em campo, no período de julho de 2012, complementado e apoiado pela Rede Amigos da Amazônia. Utilizou-se como método, ainda, questionários semiestruturados (matriz de detalhamento) e observação participante.

1. Introdução

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrida em 1972, na cidade de Estocolmo (Suécia), marcou a primeira reunião governamental internacional para se discutir o meio ambiente e suas relações e conexões com o desenvolvimento e crescimento econômico. Após esse período, no ano de 1987, foi publicado o relatório *Nosso Futuro Comum*, resultado do trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland), no qual surge, pela primeira vez, o termo *desenvolvimento sustentável*, tendo em vista a constatação da crise ecológica que já se instaurava em nível mundial.

Este tipo de desenvolvimento é baseado nos pilares social, econômico e ambiental. O conceito de desenvolvimento sustentável é amplo, mas pode ser sumarizado em cinco princípios: equidade intergeracional (*futurity*), justiça social (equidade intrageracional), responsabilidade transfronteiriça (equidade geográfica); com sistemas participativos (equidade procedimental); preservação da biodiversidade (equidade entre espécies) (HAUGHTON, 1999, p. 233-243).

Dentro do panorama global do desenvolvimento sustentável, a questão das florestas é um dos temas de maior relevância na agenda política internacional, dada à importância dos debates sobre suas funções ecológicas, e aspectos de controle e regulamentações sobre sua importância ambiental. Paralelamente, tem se acompanhado um crescimento da importância das dimensões social e econômica, presentes neste contexto, que interferem diretamente na gestão do desenvolvimento socioterritorial. Cumpre integrar, de forma mais planejada, estas dimensões, observando-se que conservar as florestas é fundamental, mas também é necessário garantir a subsistência das comunidades e evitar que os recursos sejam constantemente assediados por usos não sustentáveis. Nesse sentido, alternativas têm sido criadas para permitir o desenvolvimento socioterritorial pelo incentivo de usos econômicos viavelmente sustentáveis. É o caminho pretendido pelo manejo de uso múltiplo aplicado no estado do Acre, que propõe ampliar as possibilidades de produção de riqueza de forma estruturada e integrando novas cadeias de valor.

O histórico de ocupação do Acre, tendo em vista aspectos sociais, culturais e geográficos do território, foi marcado pelas atividades extrativistas, principalmente dos ciclos econômicos de extração do látex. Dessa forma, é notório que a existência de recursos naturais abundantes no Acre seja um elemento motivador para se buscar uma economia florestal, já que as florestas possuem grande diversidade (frutos, sementes, fibras, óleos, cascas, resinas), além dos serviços ambientais. O estado vem buscando, assim, utilizar o capital natural das florestas, e seu uso múltiplo, para pautar o desenvolvimento da economia por meio de políticas públicas que garantam o ordenamento territorial e o uso socioambiental dos recursos.

O extrativismo florestal, quando explorado por meio de manejo sustentável, é uma das ferramentas que pode propiciar o desenvolvimento local, já que implica na capacitação das comunidades, na inserção de tecnologias de produção e extração, na ampliação de acesso ao mercado, gerando empregos e renda para as comunidades rurais, bem como a preservação da floresta. Para muitos estudiosos, os modos de exploração extrativista da floresta são menos invasivos, em certa medida, do que a ocupação que ocorre por meio da expansão da fronteira agropecuária, e, portanto, geraram menos degradação ambiental, permitindo que uma grande porcentagem da cobertura vegetal do estado esteja preservada até a atualidade.

A exploração florestal é feita com base no respeito às legislações vigentes no país. O código florestal, de 1965, foi a legislação pioneira ao introduzir que a exploração das florestas primitivas da Amazônia ocorreria com a observância de planos técnicos de condução e manejo. Ele foi posteriormente regulamentado com o decreto nº 1.282 de 1994, que trouxe uma primeira definição de manejo. Parte-se, aqui, entretanto, da definição trazida pelo Decreto nº 2.788 de 1998, para o qual o manejo de uso múltiplo é:

“A administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não-madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal”
(BRASIL, 1998)

Nesta mesma linha, muito autores defendem que não basta focar em um principal produto, como a madeira, sendo necessário também focar em outras cadeias de produtos florestais (BALZON et al, 2003). No Acre, essas propostas vêm tomando força no discurso estadual desde a década de 1990, marcando uma mudança na lógica de desenvolvimento até então proposta para o estado, enfrentando, todavia, algumas dificuldades de implementação. O papel do estado no desenvolvimento é fundamental, neste caso, e pode ser percebido em diversas frentes de ação. Apesar da madeira continuar sendo o grande produto do setor florestal, busca-se incentivar outros produtos ou mesmo outros meios de produção na floresta, como o manejo comunitário; o programa de apoio ao setor de marceneiros; o incentivo a produtos de origem da agricultura familiar (farinha, frutos e ervas) e produtos não-madeireiros (castanha, borracha, óleos e açaí); piscicultura, entre outros.

Destaca-se, ainda, o papel do estado como indutor do cooperativismo enquanto forma de viabilizar a produção local e a organização social. Grande parte desses projetos citados encontra-se em fases iniciais, não sendo possível, portanto, medir seu impacto no desenvolvimento. Entretanto, são nítidos os processos que levam a um reordenamento da lógica de desenvolvimento aplicada no estado. Entender esse reordenamento e a sua

capacidade de criar uma nova lógica e mentalidade de desenvolvimento socioterritorial é o que nos dirige neste estudo.

Partindo-se desse quadro, o artigo tem por objetivo entender como as políticas de incentivo ao manejo sustentável de uso múltiplo vêm sendo apropriadas nas propostas de desenvolvimento local no Estado do Acre e analisar se este processo define uma nova lógica de desenvolvimento socioterritorial. Isto porque se percebe, conforme mencionado, um redirecionamento da ação estatal para o desenvolvimento socioterritorial sustentável, por meio de políticas de incentivo ao manejo sustentável de uso múltiplo, dentre outras políticas apoiadas na floresta e em seu potencial econômico.

Para atender ao objetivo, parte-se, inicialmente, de uma revisão bibliográfica com abordagem e referencial teórico sobre desenvolvimento socioterritorial, bem como com as bases do manejo sustentável de uso múltiplo. Com esse aporte teórico será possível analisar com maior clareza o estudo de caso aqui proposto, o estado do Acre. O estudo de caso foi realizado por meio de pesquisa de imersão em campo, no período de julho de 2012, complementado e apoiado pela Rede Amigos da Amazônia. Utilizou-se como método, em campo, questionários semiestruturados (matriz de detalhamento) e técnicas de observação participante. A matriz de detalhamento foi composta de perguntas gerais, organizadas por eixos (economia, política, participação social, entre outros), e aplicadas a representantes governamentais, de organizações da sociedade civil organizada, e sobretudo a moradores de comunidades locais no Acre no período de imersão. Concomitantemente, os pesquisadores observaram o cotidiano dos atores, bem como presenciaram a rotina de secretarias, cooperativas, organizações sociais e comunidades.

O artigo está estruturado em quatro seções: (1) esta introdução, que apresenta o tema; (2) desenvolvimento socioterritorial, que discute os principais conceitos trabalhados e (3) estudo de caso da experiência do Acre, detalhando os dados e observações, para então traçar as (4) considerações finais.

2. Desenvolvimento socioterritorial

O conceito de desenvolvimento local se fortalece, no Brasil, no fim da década de 1970, voltado para questões de desenvolvimento econômico, social e ambiental, baseado em valores como solidariedade e igualdade, que propulsionassem uma democracia direcionada para práticas participativas e de descentralização administrativa (Caldas e Vaz, 2006). A constituição federal de 1988, por sua vez, regulamenta e reforça a tendência de descentralização governamental vivida à época. Não obstante, a prática da vida política não conseguiu articular a gestão de políticas públicas às características do nível local, e a administração pública continuou voltada para questões macrogovernamentais.

Nesta direção, as comunidades tornam-se meras receptoras de ações com enfoque local, e não são mais consideradas fator chave para o sucesso das iniciativas de desenvolvimento local, de maneira participativa. Diante disso, destaca-se a necessidade de mais encaminhamentos que propiciem a articulação do desenvolvimento com o território para a revitalização deste conceito e sua inclusão na agenda de políticas públicas governamentais.

A importância do território se dá, segundo Oliveira (2001) porque é nele que ocorrem os conflitos de interesses capazes de alterar a situação vigente, repercutindo, assim, em efetivas mudanças sociais e econômicas. No espaço local, é possível criar experiências “contra-hegemônicas” que propiciem o desenvolvimento baseado nos valores democráticos.

Complementarmente, considerando as institucionalidades que sustentem a implementação e gestão de políticas de desenvolvimento, é preciso considerar uma

perspectiva socioterritorial que reconheça o desenvolvimento como um processo multiescalarmente interpenetrado (DALLABRIDA et al, 2009). Isto implica no enfrentamento de interesses diferenciados, construindo o desenvolvimento em múltiplas escalas espaciais e instâncias de poder.

Trata-se em suma, de discutir uma mudança na lógica das políticas de desenvolvimento, que seja capaz de imprimir um reordenamento dos atores e redes de relações sociais, gerando inovações. Um Estado piramidal não consegue relacionar-se com organizações em rede e multiescalares, não possuindo estrutura e mecanismos de incentivo para lidar com dinâmicas locais. Mas a presença do Estado tem papel decisivo de imprimir estabilidade e fornecer parâmetros para o funcionamento da própria rede de iniciativas localizadas e voltadas à inovação no processo de desenvolvimento.

Pode-se afirmar que a missão de uma política de desenvolvimento que considere o âmbito local em relação constante com a perspectiva territorial se consiste em um desafio que requer mecanismos capazes de reunir atores privados, representantes do poder público local e do setor associativo, materializados em contratos de desenvolvimento com o governo federal. (BEDUSCHI E ABRAMOVAY, 2004).

Pelo que se pode observar, o conceito de território é amplo, mas considera-se, no presente estudo, que seja uma área construída pela apropriação do espaço por uma coletividade, contendo diversos interesses e percepções. Nesse sentido, no território se estabelecem relações de poder econômicas, políticas, culturais e sociais, sendo um espaço fundamental para se compreender o modo de produção e de vida de um determinado grupo social.

Dentre alternativas que relacionam o desenvolvimento territorial de regiões com possibilidades de se articular a produção agroflorestal no meio rural, Caldas e Vaz (2006) destacam: (i) o fortalecimento da economia local a partir de incentivos para os agricultores; (ii) a utilização do poder de compra do estado para esse fortalecimento; (iii) o incentivo do crescimento econômico a partir do microcrédito; (iv) o aumento da qualidade de vida por meio de melhores condições de habitação, entre outras.

O conceito de desenvolvimento vem sendo apresentado, ao longo do tempo, de diferentes formas. De acordo com o contexto sociopolítico, foram desenvolvidos modelos teóricos que apontam caminhos para a definição de tão amplo e diverso conceito. Como aponta Peter Evans (1992), existem ao menos três ondas de classificação de desenvolvimento.

A primeira onda de pensamento é fruto do momento pós-guerra, no qual a premissa era a “(de que) os aparelhos de Estado podiam ser usados para promover a mudança estrutural” (Evans, 1992). Durante as décadas de 1950 e 1960, um período em que as economias ainda estavam se reorganizando, o desenvolvimento era visto, usualmente, como encargo do Estado, que deveria promover a aceleração da industrialização, modernização da agricultura e fornecimento de infraestrutura para a urbanização necessária das regiões alvos desse modelo de desenvolvimento.

A segunda onda de pensamento decorre de um relativo fracasso dos Estados na promoção do desenvolvimento conforme apresentado anteriormente, e o Estado começa a ser analisado como um fator de empecilho ao desenvolvimento, mesmo que tenha logrado conquistas no trajeto da história (Peter Evans, 1992). A terceira onda de pensamento, por sua vez, aponta que o Estado vai aos poucos readquirindo a posição de promotor do desenvolvimento em contraposição à imagem de regulador. Estados locais começam a questionar a agenda de desenvolvimento apresentada sob a lógica macroeconômica e, ao final dos anos 1980, mesmo o Banco Mundial passa a considerar em seu relatório “a possibilidade

de que os problemas de seus clientes possam surgir não apenas de más políticas, mas de deficiências institucionais corrigíveis apenas no longo prazo” (Peter Evans, 1992).

Esse é um sinal do reconhecimento da capacidade de ação dos Estados e, nesse contexto, retoma-se o conceito de desenvolvimento local, também visto sob diferentes perspectivas ao longo do tempo, considerado um desenvolvimento legítimo e amplo em seus problemas e objetivos.

Segundo Oliveira (2001), o termo desenvolvimento local foi tido há muito tempo como sinônimo de desenvolvimento econômico, sendo substituído mais recentemente, pelo discurso dominante, por crescimento. Porém, tem havido um esforço por parte da ONU para recuperar toda a carga semântica que envolve o conceito e aproximá-lo da noção de desenvolvimento humano, dando destaque para sua composição qualitativa de bem-estar e qualidade de vida. Para o autor, é preciso ancorar o conceito desenvolvido pela ONU na cidadania, pois sem ela o desenvolvimento local seria apenas um sinônimo de acumulação de bem-estar e qualidade de vida em seus aspectos mais restritos.

Desse modo, *“a noção de cidadania que deve nortear a tentativa de mensurar os processos e estoques de bem-estar e qualidade de vida refere-se ao indivíduo autônomo, crítico e reflexivo, longe, portanto, do indivíduo-massa; trata-se de uma aquisição por meio do conflito”* (OLIVEIRA, 2001:12). Esta perspectiva afasta a falsa noção que tem sido atribuída ao desenvolvimento local de ser um instrumento de apaziguamento da sociedade, capaz de eliminar todas as mazelas e conflitos e de transformar a comunidade num ambiente absolutamente harmônico. Ao contrário, o desenvolvimento local opera dentro da lógica do conflito, tendo, como um grande desafio, abarcar os diversos interesses e a complexidade que incidem sobre a sociedade. No mesmo sentido, a definição de território perpassa fatores como organização e papéis sociais, elementos simbólicos e culturais, formas de organização e produção e diretrizes políticas. Ressalta-se que o Acre é composto por uma sociedade com muitas identidades, que surgiram ao longo do tempo e se firmaram em territórios hoje considerados como seringais, reservas extrativistas, áreas ribeirinhas, projetos de assentamento, terras indígenas, entre outros. Estes estão em constante reorganização espacial, política e social e, por meio das políticas estaduais, vem buscando se tornarem territórios nos quais exista a cidadania plena aliada ao respeito ao meio ambiente.

A polissemia do termo desenvolvimento local reflete, também, na diversidade das inúmeras experiências que têm sido implementadas, por atores locais, com vistas ao desenvolvimento. A partir dessas diversas experiências, França, Vaz e Silva (2002) observam elementos que possuem grande importância no processo de iniciativas de desenvolvimento local: *“o protagonismo local, a articulação entre organização e conhecimento, o fomento ao empreendedorismo integrado a redes e cadeias produtivas, a criação de novos espaços públicos de decisão e gestão, a mudança de cultura política, entre outros fatores”*. (FRANÇA, VAZ, SILVA, 2002:08).

No caso do Brasil, com sua notória heterogeneidade, é certo que o debate e o esforço em torno de projetos de desenvolvimento local possuem ao menos o mérito de proporcionar o reconhecimento das potencialidades dos recursos físicos, financeiros, humanos, estruturais, ambientais e culturais das regiões.

Diante desse cenário, uma das ferramentas que pode propiciar o desenvolvimento local integrado ao território é o manejo florestal. Este pode ser considerado um ramo da ciência florestal que busca desenvolver técnicas, metodologias e ferramentas que permitam explorações anuais ou periódicas de recursos florestais, em consonância com o ordenamento de povoamentos e com a permanência do patrimônio natural (BORELI, 2009).

Dessa forma, o manejo representa uma forma de se assegurar a sustentabilidade do uso e exploração de recursos naturais, já que é pautado por técnicas que reduzem impactos sociais e ambientais. Por meio do manejo é possível se criar um mínimo planejamento com diretrizes estratégicas para a extração e aproveitamento de recursos florestais, que mensurem a capacidade de recuperação de um ecossistema, também chamada de resiliência.

O manejo florestal se dá de diferentes formas, dependendo do lugar, do contexto e dos atores e instituições envolvidos, requerendo, para sua concretização, estruturas de governança. É importante ressaltar que manejo é um conceito amplo e que, na prática, é associado a duas formas de implementação, o manejo empresarial e o manejo comunitário (BORELI, 2009). O primeiro visa a maior eficiência de exploração com foco mercadológico, utilizando-se, basicamente, de mão-de-obra contratada. Já o segundo, implica o olhar para as diferentes formas de uma comunidade se apropriar do espaço rural e florestal, e deve se pautar na extração de produtos que leve em conta os aspectos de valor imateriais da floresta para as populações. As florestas são lugares de grande valor espiritual e contêm aspectos de sacralidade para muitos povos, além de ser o meio de recursos que satisfazem as necessidades de sobrevivência da coletividade, e isso deve ser sopesado quando da exploração manejada comunitária.

Dentre as múltiplas experiências de desenvolvimento possíveis, o estado do Acre vem se destacando por meio da atuação estatal para o incentivo ao manejo florestal de uso múltiplo.

3. Estudo de caso (a experiência do Acre)

Dentre as múltiplas experiências de desenvolvimento possíveis, o estado do Acre vem se destacando por meio da atuação estatal para o incentivo ao manejo florestal de uso múltiplo. A vocação florestal do estado, somada a um projeto de governo continuado por várias gestões, resulta, atualmente, em um caso de desenvolvimento territorial baseado em várias frentes trabalhadas paralelamente, que serão melhor detalhadas posteriormente. Dentre elas cita-se o incentivo ao setor florestal, com políticas voltadas aos marceneiros e política de manejo comunitário, o incentivo a produtos de origem familiar (farinha, frutos e ervas), o incentivo a cadeias de produtos não madeireiros (castanha, borracha, óleos e açaí) e incentivo à piscicultura (projeto em fase inicial de implementação no estado). Somando-se às várias frentes econômicas envolvidas, estes projetos são baseados, fortemente, no cooperativismo e no envolvimento de comunidades e núcleos familiares.

3.1. A história do processo de desenvolvimento

Quando se pensa no Acre é automático, muitas vezes, que o pensamento se remeta a Chico Mendes, ambientalista que, ali assassinado, marca a história de luta política pela proteção da floresta, pautada pela busca do manejo sustentável dos múltiplos recursos florestais, em contraponto a uma longa história de exploração predatória e desmatamento da floresta. Além desse caso, outros simbolizando conflitos violentos entre grupos de interesses diversos com fraca atuação governamental marcam a história do estado.

Ao longo das últimas décadas, pode-se dizer que profundas mudanças têm ocorrido no estado, que, segundo seus representantes, vem sendo reconhecido nacional e internacionalmente como um exemplo de incentivo ao manejo florestal, de redução do desmatamento e de boas práticas florestais, aliadas à inclusão social.

A importância da floresta para o estado é notória: segundo o portal do Governo do Estado do Acre (ACRE, 2012), seu território conta com 88% de cobertura florestal, sendo que

55% deste mesmo território pertencem a áreas naturais protegidas. A vasta cobertura florestal, por sua vez, reflete a alta concentração demográfica na capital do estado, Rio Branco, e intermediações. Com uma área de aproximadamente 164 mil km², o estado tem densidade demográfica de 4,47 hab/km². Segundo o Censo demográfico de 2010, a população é de 733.559 (IBGE, 2010), sendo que desses, 72,6% residem na área urbana, e 27,4% residem na área rural (que compreende a cobertura florestal, inclusive) (IBGE, 2012).

A produção florestal extrativista não madeireira, por sua vez, ocorre em larga escala no território acreano desde o século XIX, ou seja, desde o processo de migração iniciado com o ciclo da borracha, tendo ganhado intensidade e notoriedade pela expansão da economia da borracha e pela luta e engajamento dos seringueiros. Vale pontuar que as populações indígenas já lidavam com extrativismo desde muito antes, mas em escala menor.

Depois de longos períodos de governantes do PMDB (1983 a 1991), governantes do PDS (1991 a 1995) e PSD (1995 a 1999), em 1999, assume Jorge Viana, pelo Partido dos Trabalhadores (PT, 1999 a 2007). Sua eleição marca o começo de um governo que permanece desde então, pautado inicialmente pela atenção ao manejo, sendo identificado como o “governo da floresta”. Isto porque Jorge Viana é reeleito, e, após seu segundo mandato, é seguido por Binho Marques (PT, 2007 a 2011), seu indicado e sucessor político. Binho, por sua vez foi sucedido pelo irmão do ex-governador Jorge, Tião Viana (PT, desde 2011). Além dos cargos executivos estaduais, estes atores também ocupam outros cargos políticos no período. Jorge Viana foi eleito prefeito de Rio Branco em 1992, reeleito em seguida, e eleito senador em 2010, sendo o relator do novo Código Florestal brasileiro, reforçando a proximidade com a questão ambiental, além de ter trabalhado no Ministério da Reforma Agrária entre um cargo e outro. Já Tião Viana foi eleito senador em 1998, chegando em 2007 a ser presidente do Senado Federal do Brasil.

Esse cenário político demonstra a gestão de longa data que o governo do PT vem executando no Acre, o que decorre, em grande parte, da proximidade dos ambientalistas com a militância que forma a base do partido no estado. Esse movimento político busca, ao menos em tese, implantar uma gestão voltada para a defesa e uso sustentável da floresta. Pode-se afirmar, assim, que a trajetória política do PT no governo do estado, nos últimos treze anos, também chamada de Frente Popular, trouxe um cenário de estabilidade política que permitiu continuidade de programas de governo e de políticas públicas, tanto pelos arranjos políticos e financiamentos, quanto pelo apoio público, já que a população, em grande parte, faz uma boa avaliação do governo.

Segundo porta-vozes do governo atual (secretário de desenvolvimento e seus técnicos), o Governo do Acre vem buscando, desde o início da gestão de Jorge Viana no governo estadual, em 1999, nortear sua ação política por meio dos princípios de desenvolvimento sustentável aplicados aos pilares econômico, social e ambiental. Diante desse contexto, surgiu o conceito de “florestania” que, para além da cidadania aos povos nas florestas, denota a intenção de se atingir a valorização ambiental das florestas, em consonância com a melhoria de qualidade de vida das populações que nelas residem.

Nesse sentido, o Estado atua, ao mesmo tempo, como regulador e indutor da economia e como provedor de políticas públicas de valorização da floresta por meio de diversos segmentos, que serão apresentados neste texto. Existe, assim, um rol de políticas públicas para o setor da produção florestal, tanto de produtos não madeireiros como de produtos madeireiros, demonstrativos da orientação do macroprojeto de desenvolvimento sustentável do estado acreano.

3.2. O extrativismo e o cooperativismo no estado

A castanha, a borracha e o açaí são as atividades extrativistas não-madeireiras de maior volume de produção e geração de renda. O Estado do Acre é o segundo maior produtor de castanha no país, segundo o Zoneamento Ecológico – Econômico (ZEE) do estado (ACRE, 2010). O extrativismo da castanha-do-brasil ocorre principalmente nas regionais do Purus, Baixo Acre e Alto Acre, e vem sofrendo transformações de aprimoramento dos processos de coleta, armazenamento e processamento.

O extrativismo da castanha-do-brasil é fundamental para o estado, e vem sofrendo transformações de aprimoramento dos processos de coleta, armazenamento e processamento. A SEAPROF, em parceria com algumas ONGs locais, como o *World Wildlife Fund* (WWF) e cooperativas, vem desenvolvendo projetos para disseminação de boas práticas da castanha em comunidades e promovendo, inclusive, intercâmbios entre produtores rurais para troca de experiências de êxito. A Embrapa também foi fundamental no processo, desenvolvendo técnicas de manejo para garantir a saúde da castanha e mais produtividade das castanheiras.

Visando a melhor qualidade da castanha para comercialização em novos mercados, incluindo os internacionais, o governo disponibiliza recursos para a compra antecipada da castanha-do-brasil pelas cooperativas, o que estimula os produtores. Com a modernização, assistência e industrialização da castanha, o volume produzido tem crescido nos últimos anos, com impacto direto na renda anual dos castanheiros, o que tem incentivado novas comunidades a trabalharem com esse produto.

A cadeia da castanha vem sendo impulsionada, também, pela participação da Cooperacre, que centraliza outras 25 cooperativas e associações de mais de dez municípios do Estado do Acre, envolvendo em torno de 1.800 famílias extrativistas. A Cooperacre é fundamental para alavancar a comercialização de produtos agroflorestais como castanha, borracha e copaíba, sendo um canal entre os produtores e as indústrias consumidoras. Segundo produtores locais, as políticas do governo e a existência de cooperativas também são importantes para coibir a atuação de atravessadores (ou “marreteiros”), que compram a produção por um preço baixo e depois revendem no mercado e mantém, na maioria das vezes, uma relação de exploração com as comunidades.

Alguns autores (BALZON et al, 2003) destacam a falta de organização dos produtores (cooperação) como impedimento para atingir escala e mercado de produtos florestais. Percebeu-se em campo, que, no caso do Acre, como exemplificado acima, verifica-se o incentivo à formação de cooperativas para tentar reverter-se essa lógica. O estado do Acre é, em grande parte, um indutor do cooperativismo, como instrumento de organização social, e requisito para o acesso a políticas públicas. Além disso, o governo participa das reuniões comunitárias junto às associações, que ainda encontram grandes problemas de gestão organizacional, demonstrando a necessidade de melhor organização comunitária, com associação de moradores e cooperativa.

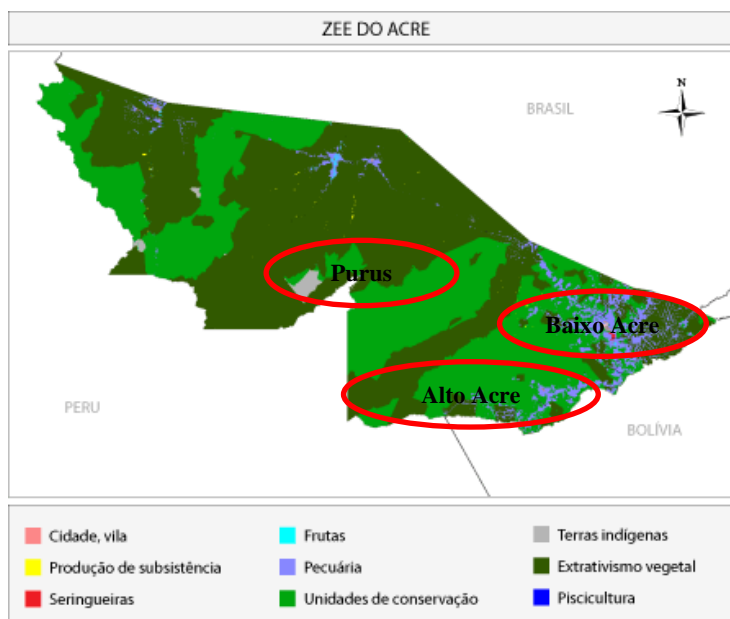


Imagem 01 - Zoneamento Ecológico – Econômico do estado do Acre
Fonte: Acre, 2012, alterações próprias

Apesar de a castanha e a borracha serem os principais produtos não madeireiros explorados, o governo tem buscado investir em outros produtos, que tem ganhado cada vez mais relevância na busca por uma economia florestal, visando acessar novos mercados e ampliar as possibilidades de geração de renda. Dentre eles, pode se citar os óleos e polpas (como Copaíba, Andiroba, Murmuru, Açaí) e as sementes, utilizadas como matéria-prima para o artesanato e para o reflorestamento. O açaí tem importância econômica e o seu fruto é vendido no mercado em forma de vinho (“vinho de açaí”), sorvetes e polpa congelada. O Murmuru é uma palmeira que produz um coco que tem trazido renda complementar a extrativistas, sendo comprado por empresas que dele extraem óleo para fabricação de sabonetes.

Ainda no ramo dos óleos, cita-se o óleo extraído da semente da andiroba, com grande inserção no mercado, em decorrência das propriedades medicinais e uso para velas, xampus, sabonetes, e o óleo de copaíba. Este apresenta um grande potencial econômico, sendo produzido em algumas comunidades, com apoio de cooperativas como a Cooperiaco, do município de Sena Madureira. Essa cooperativa busca tornar-se referência de excelência do óleo, trabalhando com extrativistas da copaíba em unidades de conservação como Flona Macauã (Seringal Valência – rio Macauã), São Francisco e Resex Cazumbá Iracema. Com apoio da WWF, a Cooperiaco promoveu capacitações, doou kits (com botas, capacetes, mochilas, bombas, mangueira e outras ferramentas de extração) e fez cursos de boas práticas nas comunidades.

É importante ressaltar que as capacitações são ferramentas fundamentais no processo produtivo sustentável, já que trazem a possibilidade da instalação de uma nova cultura e percepção dos recursos florestais. Pode-se perceber nas visitas de campo realizadas nesta pesquisa que as práticas extrativistas arraigadas, vindas das antigas gerações, tem se transformado mediante o conhecimento técnico que vem chegando às comunidades florestais. Antigamente, o óleo de copaíba era extraído por meio de cortes nas árvores feitos com machados (que ferem a copaibera), e hoje já se usam mangueiras adequadas, por exemplo.

Para que o óleo de copaíba tenha qualidade, segundo a gerente da Cooperiaco, é preciso um adequado processo de extrair, coar e armazenar. Na Cooperiaco, as garrafas de óleo são etiquetadas com os dados de cada produtor e com o número da árvore, o que garante a rastreabilidade. A cooperativa tem critérios rígidos para seus produtos, e recebe somente óleos de quem participou das capacitações e utiliza as boas práticas.

Apesar das dificuldades de acesso ao mercado, do baixo preço do litro e dos gargalos de transporte, na percepção das coordenadoras da cooperativa é válido continuar apostando no produto justamente pela oportunidade que ele apresenta de agregar renda ao produtor, mantendo-o na floresta e promovendo a conservação. O desafio da Cooperiaco, assim como de grande parte das cooperativas de produtos florestais, é a inserção nos mercados, ampliação das vendas e maior preço.

Em muitas comunidades a extração da madeira é usada apenas para consumo, e, nesses casos, é realizada para estruturar edificações na propriedade (casas, currais, cercas), sendo os resíduos utilizados para a produção de carvão. Na lavoura, produtos recorrentes são mandioca, banana, arroz, milho e feijão, plantados, muitas vezes, em consórcio de espécies (como por exemplo a alternância entre milho e arroz). Nesse contexto, a criação de animais de pequeno porte é frequente para consumo próprio.

Tendo em vista esse contexto de sobrevivência e disponibilidade de recursos naturais, é notório que as atividades extrativistas, quando consorciadas às atividades de base agrícolas e pecuárias, destacam-se como oportunidades para complementação da renda familiar. É importante observar que os benefícios sociais do governo federal, como bolsa família e aposentadorias, representam uma fonte de renda fundamental para grande parte da população acreana, constituindo parcela relevante do orçamento das famílias.

Historicamente tem-se a borracha, por meio da extração do látex, como propulsor do desenvolvimento no estado (ACRE, 2012). Além destes, nas comunidades rurais, conforme entrevistados da Secretaria de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis (SEDENS), a maior parte da composição da renda da população vem da agricultura, sendo a farinha um dos principais produtos da atividade agrícola, complementada, muitas vezes, pela comercialização de animais (gado e aves) e pelo extrativismo. Com isso, em muitas comunidades, a pesca e caça, extração de açaí, sementes, e madeira são atividades extrativistas utilizadas apenas como meio de subsistência familiar, sem comercialização. Já nas comunidades que extraem castanha e borracha, esses são recursos usados, via de regra, para a geração de renda aos moradores por meio da comercialização.

3.3. Políticas públicas para uma economia florestal

Dentro do contexto de políticas e uso do solo, as florestas possuem um enorme potencial econômico e social a ser analisado e mensurado, na medida em que os recursos naturais que nela existem representam possibilidades de produção e geração de emprego e renda às comunidades locais. Nesse sentido, o grande desafio da economia florestal é dar valor à floresta em pé, mesmo com o mercado de produtos florestais ainda sendo restrito e, muitas vezes, sazonal.

Dessa forma, é possível se pensar em desenvolvimento local, no Acre, tendo como base o uso do potencial florestal dos produtos não madeireiros e madeireiros, que permitem a preservação da floresta e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico da população rural. Isto porque, na área rural, segundo a SEDENS, o estado vem buscando, principalmente, desenvolver políticas com foco no desenvolvimento humano territorial, a partir da organização comunitária (associativismo e cooperativismo) e fomento à produção.

A borracha é um produto de muita importância, conforme mencionado, sendo o extrativismo do látex a atividade agrícola socioeconômica que alavancou parte do desenvolvimento rural do estado. Desde 1999, o governo por meio do programa de incentivo ao desenvolvimento da cadeia produtiva da borracha, vem assegurando subsídios para a borracha nativa.

O Zoneamento Ecológico – Econômico (ZEE), instituído pelo Governo do Estado pela lei nº 1.904, de cinco de junho de 2007, começou a ser desenhado desde 1999, quando o governo passou a compilar os estudos que já existiam e a mapear o zoneamento que foi construído ao longo da história, ou seja, a distribuição geográfica e o uso do espaço nas diversas regiões do estado (ACRE, 2003). Ele é o grande instrumento estratégico de gestão territorial, estabelecendo critérios e diretrizes, para nortear e orientar as políticas públicas estaduais.

O zoneamento passa a ser, assim, um referencial para a gestão e planejamento das ações do poder público e privado, que tem o foco de implementar o desenvolvimento sustentável localmente. Foi por meio de estudos, diretivas e recomendações do ZEE que o governo do Estado criou, por exemplo, o Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Acre – ProAcre, lançado em abril de 2009, que busca envolver diversas secretarias, dentre elas a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF) e SEDENS.

Este programa visa alavancar o desenvolvimento regional por meio de melhorias na qualidade de vida, da promoção da sustentabilidade socioambiental e econômica das comunidades, com tempo previsto de execução de seis anos. Os eixos base são a educação, saúde e produção sustentável nos 22 municípios, contando com aporte de recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do próprio governo do Acre.

As ações desenhadas envolvem a promoção de serviços básicos (saúde, educação, infraestrutura, saneamento, cidadania e assistência social), o fortalecimento da organização comunitária, o apoio às cadeias produtivas com foco na agricultura familiar e na produção florestal sustentável, oferecendo subsídios para o uso sustentável de recursos naturais na comunidade.

Como critério para que as ações possam ser implementadas, é fundamental, entretanto, que haja a participação da comunidade e o envolvimento das prefeituras junto às secretarias estaduais. Nesse sentido, ainda há grandes gargalos a serem superados, no Acre, para melhorar a governança e a cooperação institucional entre os entes federativos. Isso porque o governo do estado possui força política e financeira, construindo diversos programas abrangentes para as mais variadas questões a serem trabalhadas (sendo considerado, inclusive, por parte da população como assistencialista). Já os municípios, em sua maioria, tem fraca capacidade institucional, de gestão e financeira, estando à mercê da política “de balcão e de conchavos”, decorrentes das correlações de força partidárias no estado.

Uma das principais ferramentas de gestão do ProAcre é o Plano de Desenvolvimento Comunitário – PDC, realizado sob a coordenação da SEMA, e construído de forma participativa junto às comunidades. Este plano aponta como alocar investimentos, por meio de critérios de prioridade, nas áreas mais necessitadas, levando em conta a inclusão social e a vocação econômica de cada comunidade (para atividades agropecuárias e/ou extrativistas).

O levantamento socioeconômico feito para a elaboração dos PDCs é arquivado em um banco de dados monitorado pela SEMA. As áreas prioritárias para a realização dos PDCs são áreas de unidades de conservação de uso sustentável e áreas de assentamentos. Depois que o projeto é finalizado e o PDC elaborado, este é entregue para a comunidade, e, com o projeto

base, a SEAPROF inicia a implementação. Cabe a Sema monitorar o plano e analisar, durante a sua implementação, a interlocução das políticas públicas.

Um dos objetivos do ProAcre é promover a produção agroflorestal sustentável das cooperativas e associações comunitárias, e o manejo florestal de uso múltiplo é um meio para essa realização. O manejo florestal múltiplo opera-se pela larga e ampla utilização dos recursos florestais disponíveis a uma população, para que, dentro de seu contexto, possam servir como fonte de renda e melhoria das condições socioeconômicas locais, ao mesmo tempo em que garantam a preservação da floresta (extração não predatória).

Para se manejar, é preciso haver um planejamento ecológico, territorial e social que garanta o melhor aproveitamento dos recursos florestais, madeireiros e não madeireiros, visando à sustentabilidade, ou seja, a capacidade das florestas permanecerem fornecedoras de benefícios ambientais, econômicos e sociais, e de se regenerarem ao longo do tempo.

O incentivo ao manejo florestal das comunidades pode garantir a conservação da floresta e dos serviços ambientais por ela prestados (solos, paisagem, biodiversidade, recursos hídricos) juntamente com a organização e ganhos de escala na produção, que assegurem mais fontes de subsistência às famílias.

Dentro de programas como o ProAcre, ele deve vir se somar a ações que existem e que visam ampliar a produção agrícola, os meios de escoamento da produção, ramais e melhorias de estrutura física para beneficiamento e armazenamento da produção. Isso denota que as políticas públicas governamentais para o setor florestal requerem, dentre outros pontos, a criação e transferência de tecnologias, técnicas de exploração sustentável, investimento em assistência técnica, extensão rural, infraestrutura e logística, capacitação das comunidades locais e prospecção de mercado.

Os PDCs, assim como o próprio ZEE, em outra escala e dimensão, também se tornam documentos de referência para se conhecer as comunidades e as realidades socioecoambientais das regiões acreanas. Eles podem e já vem sendo utilizados como fontes de estímulo para que as comunidades atinjam um equilíbrio da produção agrícola-extrativista-pecuária, sem perder de vista as possibilidades de diversificação da produção. Nesse sentido, o PDC demonstra a vocação e as vontades da comunidade, chamadas de “Visão de Futuro da Comunidade”, que embasam a criação de um plano de ação comunitário.

Quando há o manifesto desejo por se realizar plano de manejo comunitário madeireiro ou de produtos não madeireiros, a SEMA tem, como praxe, a incumbência de repassar o PDC, quando finalizado, para a SEDENS, responsável pelos programas de manejo comunitário, e para a SEAPROF, para que medidas possam ser implementadas nesses sentidos, bem como a alocação dos recursos do ProAcre.

Os PDCs, dentro do guarda-chuva programático amplo do ProAcre, são exemplos relevantes de como ferramentas de gestão de programas governamentais podem ser utilizadas como bases para a proposição do manejo de uso múltiplo em áreas florestais, como um possível meio de se alavancar o desenvolvimento local. As ferramentas e o desenho das políticas permitem, assim, um fortalecimento institucional e maior governança entre as secretarias de estado que acabam, na ponta das comunidades, promovendo avanços e oportunidades de inclusão social.

Além disso, o governo editou a portaria interinstitucional nº 001, de 2004, que estabelece a obrigatoriedade de cadastramento das comunidades no Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC) e no Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para receberem autorização para o manejo. Esse registro das associações comunitárias permite que os produtos extraídos dessas áreas obtenham um selo de certificação

de origem, o que pode ser importante para o acesso a mercados com exigências de responsabilidade socioambiental. Essa amplitude de oportunidades de comércio por meio de políticas públicas possibilita o aumento da remuneração e renda de produtores, gerando empregos e mais qualidade de vida.

O estado também tem um programa de florestas plantadas, com mudas de seringueiras, e de frutas como abacaxi, açaí, acerola, graviola. A ideia é criar Sistemas Agroflorestais (SAFs) nos seringais, para o plantio de frutíferas em consórcio com a seringa. Essa é uma forma de agregação de renda, já que o produtor poderá, além do látex, vender as frutas. Estas são compradas, na maioria, pela Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre), que faz polpa com as frutas e vende do mercado.

3.4 O setor florestal madeireiro

A produção florestal madeireira no Acre é desenvolvida, primordialmente, nas Florestas Estaduais e Nacionais, nos assentamentos de base florestal e nas Reservas Extrativistas, onde está mais concentrada. O crescimento da atividade madeireira vem sendo planejado rumo à interiorização, visando à desconcentração econômica da atividade, concentrada na região do Baixo Acre.

A produção sustentável de base florestal com uso múltiplo da floresta e inclusão social ocorre por meio de quatro instrumentos: (i) manejo florestal; (ii) infraestrutura; (iii) instrumentos de crédito e econômicos e (iv) instrumentos legais.

No Acre, há seis milhões de hectares de florestas exploráveis e uma volumetria média explorável de 25 m³ por hectare, sendo possível retirar-se até cinco milhões de m³ de madeira por ano. O potencial de áreas para manejo comunitário é de 2,7 milhões de ha, o de áreas privadas é de 1,8 milhões de ha, e o de áreas públicas é de 1,5 milhões de ha.

O governo atua por meio de três principais programas para o manejo florestal, coordenados pela SEDENS. O Programa de Concessões Florestais envolve quatro florestas públicas estaduais de exploração, com área de 533.000 ha. Esse programa visa à garantia de suprimento de longo prazo, o retorno social, a redução dos custos do manejo florestal, a incorporação de terras devolutas ao patrimônio do Estado e a regularização fundiária de pequenos produtores, abrindo caminho para a certificação florestal.

O Programa de Manejo Florestal Comunitário visa habilitar as áreas de reserva legais comunitárias, visando geração de renda e trabalho dos extrativistas e pequenos produtores por meio da extração dos produtos madeireiros e não madeireiros. São 1.500 famílias habilitadas e 3.000 ha por ano aptos a exploração. Por meio desse programa, o governo irá promover serviços de apoio ao manejo que envolvem, principalmente, questões de infraestrutura como ramais para o escoamento. Grande parte dos ramais ainda não foram feitos (responsabilidade compartilhada entre INCRA, DERACRE e poder público municipal e estadual), e a logística para escoamento é deficitária, o que encarece o transporte e desestimula produtores a continuarem apostando no manejo.

Além disso, há demora no licenciamento de planos de manejo comunitários, de responsabilidade do IMAC. O maior gargalo é o tempo para expedição, em decorrência do reduzido número de funcionários no órgão, sendo a demora no processo e o alto custo fatores também desestimulantes. A mecanização florestal comunitária também é insuficiente, ainda faltam máquinas e capacitação dos produtores, que pouco se envolvem no processo do manejo.

Há ainda o Programa de Residência Florestal, que tem como objetivo formar 40 engenheiros florestais em residência florestal, sendo 22 em 2012 e 18 em 2013. Eles recebem um valor de R\$ 1.500,00/mês por residente florestal, no período de 12 meses (ACRE, 2012).

A Cooperfloresta é a responsável por comprar a madeira manejada dos comunitários. O metro cúbico da madeira sai, em média, a R\$ 90,00 (sendo R\$ 60,00 para o produtor e R\$ 30,00 para subsidiar os custos da cooperativa). Conforme as entrevistas realizadas, alguns comunitários criticam isso, dizendo ser o valor muito baixo, e muitos ainda resistem ao manejo em decorrência desse preço.

Apesar da política de manejo comunitário ter ampliado a alternativa de renda, as comunidades, com poucos recursos, não conseguem pagar pela certificação da madeira. Algumas ONGs como o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) cogitam a criação de certificação comunitária (socioparticipativa), com a própria comunidade construindo os parâmetros dela para certificação (base local).

A atividade madeireira tem peso na economia e nas exportações do estado. Na floresta, a exploração da madeira por meio de manejo comunitário é um meio de se garantir a produção sustentável e de agregar renda ao produtor.

A atividade madeireira industrial também tem grande peso econômico, existindo mais de 300 marcenarias no estado, além de serrarias e laminadoras. As marcenarias, que utilizam matéria-prima florestal, representam um segmento forte e estratégico do setor florestal madeireiro na economia local, tendo o maior número de empresas e de potencial de geração de empregos. Segundo dados do ZEE, as marcenarias geram uma média de 50 a 100 empregos para cada 1.000 metros cúbicos de madeira consumida por ano.

Em decorrência disso, o governo criou um programa de apoio ao setor marceneiro. Ele representa uma política pública que visa licenciar e regulamentar todas as marcenarias do estado e implantar polos industriais moveleiros, com capacidade produtiva e escala. Para acessarem os benefícios do programa, os marceneiros devem se organizar em cooperativas locais nos municípios, coordenadas pela Central de Cooperativas de Produção dos Moveleiros e Marceneiros do Estado do Acre (UNIMMAC).

3.5. O outro lado da moeda

Para que as ações do ProAcre, bem como outras políticas acima descritas, possam ser implementadas, é fundamental, entretanto, que haja a participação da comunidade e o envolvimento das prefeituras junto às secretarias estaduais. Nesse sentido, ainda há grandes gargalos a serem superados, no Acre, para melhorar a governança e a cooperação institucional entre os entes federativos. Isso porque o governo do estado possui força política e financeira, conforme mencionado, construindo diversos programas abrangentes para as mais variadas questões a serem trabalhadas. Já os municípios, em sua maioria, tem fraca capacidade institucional, de gestão e financeira, estando à mercê de práticas políticas, decorrentes das correlações de força partidárias no estado.

Assim, a implementação de políticas estruturantes no território, como as visadas pelo ProAcre, são vulneráveis às questões partidárias. Foi possível se constatar, em entrevistas e na visita de campo, que, em municípios com prefeitos de oposição ao governo do PT, as ações de programas do estado encontram maiores obstáculos técnicos, estruturais, burocráticos, entre outros, para se concretizarem, por falta de colaboração e de cooperação entre os entes.

A despeito do escopo dos programas e políticas atingirem aos moradores de todas as cidades do Acre, a falta de vontade política e as disputas locais, ainda são fatores a serem transformados, visando a inserção da sustentabilidade no campo das ações políticas

concatenadas, que primem pelo bem estar e pela qualidade de vida da população e do meio ambiente.

4. Considerações finais

Para que possa existir o desenvolvimento econômico local, que satisfaz as necessidades sociais e assegura a sustentabilidade ambiental, uma das vias possíveis é a elaboração de programas e políticas públicas que orientem o comportamento da sociedade para que utilize racionalmente os recursos naturais, em nível local e em nível internacional, atendendo à uma perspectiva territorial, conforme mencionado.

Alguns autores (BALZON et al, 2003) defendem um novo modelo de regulação para as cadeias produtivas de origem florestal no Brasil. Por todo o exposto, é importante notar que as políticas públicas que vem sendo aplicadas, no caso do Acre, foram propiciadas por um contexto de estabilidade política e jurídica, já que houve continuidade de projetos apesar da mudança de governos. O ZEE assegura estabilidade aos investimentos e há legislações de incentivo para instalações de investimentos no estado. Dessa forma, o modelo acreano pode servir como uma alternativa para estas cadeias produtivas.

Esse modelo está alinhado aos princípios e três pilares do desenvolvimento sustentável – econômico, social e ambiental, já que as políticas públicas que vem sendo desenhadas, no estado, para produção sustentável, visam conciliar desenvolvimento econômico, conservação dos recursos naturais do Acre e inserção social e melhoria na qualidade de vida da população.

A partir disso, constata-se que os produtos florestais são estratégicos para a implementação do desenvolvimento sustentável local, já que permitem a utilização racional e a floresta em pé, estimulando a preservação, a paisagem e gerando renda para as famílias. A comercialização de óleos, sementes, açaí, entre outros, por meio do fomento e desenvolvimento de programas estaduais, agrega renda ao produtor, aumentando seu orçamento.

No entanto, ainda é preciso que o mercado amplie oportunidades de inserção e que haja uma valorização nos preços de compra, para que esses produtos ganhem maior escala de produção. Os produtos não madeireiros ainda são subdimensionados e subvalorizados diante de outros usos mais rentáveis da terra (como a agropecuária) e é preciso que o governo mantenha e amplie as políticas públicas e assistência técnica rural permanente. Ademais, o manejo comunitário ainda é insuficiente para garantir renda aos produtores, e deve ser considerado como uma possibilidade de uso florestal, agregado a outras fontes de renda.

Apesar disso, o manejo de uso múltiplo da floresta alavanca o desenvolvimento local na medida em que gera não apenas renda com a comercialização dos produtos florestais, bem como a vinda de infraestrutura para as comunidades. Nesse sentido, a construção de ramais, o acesso a energia elétrica, a criação de estruturas de armazenamento e transporte da produção a capacitação da mão de obra, entre outros, trazem acesso a dignidade e direitos de cidadania (ou, no caso, “florestania”).

Por meio do investimento do poder público nos setores florestais, o Acre vem conquistando a característica de estado promotor de economia florestal de base sustentável. A despeito de enfrentar diversos gargalos, vem apresentando conquistas e, ao que tudo indica, deve seguir investindo em planejamento e promoção de políticas que promovam a sustentabilidade dentro dos seus territórios.

Referências

- ABRAMOVAY, R.; BEDUSCHI FILHO, L.C. Desafios para o Desenvolvimento das Regiões Rurais. Revista Nova Economia. Belo Horizonte, n.14 (3) p.35-70 setembro-dezembro de 2004.
- ACRE. Portal do Governo do Estado do Acre. 2012. Disponível em: <http://www.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/estado-acre/meio-ambiente> acesso em ago/2012.
- ACRE. Zoneamento ecológico-econômico, fase II, documento síntese, 2ª edição, 2010.
- BALZON, D. R.; SILVA, J. C. G. L.; SANTOS, A. J. Aspectos mercadológicos de produtos florestais não-madeireiro – análise retrospectiva. Revista Floresta, Curitiba, v. 34, n. 3, p. 363-371, set./dez., 2003.
- BORELI, Tassiane. Manejo Florestal de Uso Múltiplo como opção de exploração equilibrada dos Recursos Florestais na Reserva Maracatiara - Município de Machadinho do Oeste – RO. Dissertação apresentada à UFAC. Rio Branco / Acre, 2009.
- BRASIL. Decreto nº 2.788 de 1998. Altera dispositivos do Decreto no 1.282, de 19 de outubro de 1994, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 set. 1998.
- CALDAS, Eduardo & VAZ, José Carlos. Desenvolvimento Local e Políticas Territoriais. Encontro de Administração pública e Governança, 2006.
- CALDAS, Eduardo. Microcrédito e Dilemas de Ação Coletiva. Encontro Nacional dos Programas de Pós Graduação em Administração. ANPAD. 2002.
- DALLABRIDA, V. Gestão territorial e multiescalaridade na descentralização político-administrativa de dois estados do sul do Brasil. Anais do XI Colóquio Internacional sobre Poder Local. Salvador/BA, 2009.
- EVANS, Peter. The State as Problem and Solution: predation, embedded autonomy and structural change, in Stephan Haggard/Robert Kaufman (eds.). Politics of Economic Adjustment, Princeton University Press, 1992. Tradução de Cid Knipel Moreira.
- FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1974. Capítulo 4.
- HAUGHTON, G. Environmental justice and the sustainable city. In: D. Satterthwaite (Ed.), Sustainable cities. London: Earthscan, 1999.
- HIRSCHMAN, Albert. Auto-Subversão – Teorias consagradas em cheque. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Capítulos 3, 12, 19 e 20.
- IBGE. @Estados. Informações estatísticas sobre os estados brasileiros. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ac> acesso em agosto de 2012.
- IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ac> acesso em ago/2012.
- OLIVEIRA, Francisco. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Instituto Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania/ Eaesp/FGV, 2001.
- ROSOT, Maria A. D. Manejo florestal de uso múltiplo: uma alternativa contra a extinção com Floresta com Araucária. Pesq Flor Bras. 2007. pgs 55:75–85